

À 11ª Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente de Montes Claros**Auto de Infração - nº 303972/2022**

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A., concessionária do serviço público federal de energia elétrica, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 06.981.180/0001-16, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Barbacena, nº 1.200, 9º andar, Ala B2, Parte 5, Bairro Santo Agostinho, vem, por seus procuradores signatários, inconformada com a lavratura do auto de infração supracitado, apresentar, a tempo e modo, **DEFESA ADMINISTRATIVA**, pelos fatos e fundamentos expostos a seguir:

1. DAS NOTIFICAÇÕES SUBSEQUENTES DA EMPRESA

Inicialmente, requer a **CEMIG D.** que toda e qualquer notificação subsequentemente a ela direcionada seja remetida à Avenida Barbacena, nº. 1.200, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-131.

2. DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE DEFESA

O Auto de Infração nº 303972/2022 foi lavrado no dia **08/10/2022**, sendo encaminhado e recebido por carta com AR em **08/11/2022**, conforme comprovante anexo.

Dessa forma, considerando que o prazo legal para apresentação da defesa é de 20 (vinte) dias, contados da ciência do auto de infração, tem-se que o prazo se findará no dia **28 de novembro de 2022 (segunda-feira)**, sendo, portanto, tempestiva, a presente defesa administrativa.

3. DOS FATOS**3.1. DO AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO – SÍNTESE DOS FATOS**

Trata-se do Auto de Infração nº 303972/2022, lavrado pela Polícia Militar sob o argumento de que um incêndio, ocorrido no dia 03/09/2022, teria sido provocado por uma descarga na linha de transmissão de propriedade da Autuada, ocasionando, assim, a queima de vegetação em unidade de conservação do bioma caatinga (Parque Estadual Lagoa do Cajueiro), em um total de 418 hectares.

Ressalta-se que o auto de infração foi lavrado em razão das alegações de terceiro, registrada em Boletim de Ocorrência, que, supostamente, teria visto um curto-circuito na rede elétrica de propriedade da Autuada.

Aplicou-se, então, multa de 418.000,00 (quatrocentas e dezoito mil) UFEMG'S, que correspondem a R\$ 1.993.985,40 (um milhão novecentos e noventa e três mil novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), com fulcro no Anexo III – Código 314-E, do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

Diante disso, a autuada vem expor suas razões a título de defesa administrativa.

4. PRELIMINAR**4.1 - DA TAXA DE EXPEDIENTE INSTITUÍDA PELO ART. 60, INCISO V, DO DECRETO N.º 47.383/2018**

O Decreto Estadual n.º 47.383/2018 entrou em vigor no dia 03/03/2018, e alterou consideravelmente o procedimento administrativo para fiscalização e aplicação de sanções ambientais no âmbito dos órgãos fiscalizadores e atuantes vinculados à Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMAD: FEAM, IEF, IGAM e SUPRAM.

Dentre as mudanças trazidas pelo novo Decreto, está a exigência de taxa de expediente como requisito para interposição de defesa e recurso administrativo.

A previsão da taxa de expediente está contida nos arts. 60, V e 68, VI. Exige-se, assim, o pagamento de taxa, com natureza tributária, para a interposição de defesa e recurso administrativos, caso o valor da multa em discussão seja igual ou superior a 1661 UFEMG's.

A **CEMIG D.** entende que a exigência dessa taxa de expediente por força de Decreto é **inconstitucional**. Por se tratar de tributo, a exigibilidade e a descrição de todos os seus atributos depende de lei, em sentido formal, conforme art. 150, I da Constituição Federal. O Decreto n.º 47.383/2018, ao exigir o pagamento de taxa para interposição de recurso administrativo, remete a taxa de expediente criada para impugnação de créditos tributários.

Conforme o art. 108, §1º do Código Tributário Nacional, **é vedada a exigência de tributo por analogia**. Dessa forma, não há previsão legal que exija o pagamento desta taxa para impugnação de créditos não-tributários, em clara ofensa ao princípio da estrita legalidade tributária.

A taxa, por sua própria natureza, é um tributo específico e divisível¹. Logo, possui destinação específica. O órgão ambiental não pode criar um tributo para onerar um serviço público, consistente no processamento e julgamento da impugnação administrativa, se é função do próprio órgão prestar esse serviço e ele já o realizava gratuitamente.

Isso evidencia que não há correlação entre o tributo e o serviço prestado, já que, anteriormente, mesmo sem o pagamento dessa taxa, o órgão ambiental prestava o serviço de análise e julgamento de defesas e recursos administrativos.

Ademais, a previsão do Decreto é **ilegal**, uma vez que viola o critério da gratuidade do processo administrativo, disposto tanto na Lei do

¹ Constituição da República, Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

ROSIRAJAO.COM.BR

Processo Administrativo Federal quanto na Lei do Processo Administrativo do Estado de Minas Gerais².

Segundo tais normas, é proibida a cobrança de despesas processuais, salvo as previstas em lei. Tanto a Lei estadual n.º 7.772/1980, como a Lei estadual n.º 21.972/2016, que são regulamentadas pelo Decreto estadual, **não estabeleceram a cobrança de taxa**. Novamente, como se trata de um decreto, ato do poder executivo, este não é competente para instituir taxas não previstas anteriormente em lei própria.

Diante do exposto, em que pese o regular recolhimento da taxa de expediente, resta sua legitimidade inteiramente impugnada pela **CEMIG D.**, em virtude de sua flagrante inconstitucionalidade, pugnando-se, desde já, pela restituição dos valores dispendidos

4.1 – DA NECESSIDADE DE ANULAÇÃO POR INCOMPETÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR PARA APLICAÇÃO DA PENALIDADE – INEXISTÊNCIA DE CONVÊNIO DA SEMAD COM A POLÍCIA MILITAR – MULTA ACIMA DOS LIMITES NORMATIVOS – FALTA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE

Em 08/10/2022, a Polícia Militar lavrou Boletim de Ocorrência em desfavor da ora petionária, apontando que, conforme sobredito, teria havido uma descarga na linha de transmissão de propriedade da Autuada, a qual teria provocado incêndio em cerca de 418 hectares, levando à aplicação de multa no importe exorbitante de R\$ 1.993.985,40 (um milhão, novecentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos).

Ocorre que, em primeiro lugar, **o auto de infração não deve subsistir, pois não há convênio vigente atualmente que preveja a delegação de**

² Lei 9.784/99, Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: XI – proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

Lei 14.184/02, Art. 5º – Em processo administrativo serão observados, dentre outros, os seguintes critérios: IX – proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as exigidas em lei;

competências da SEMAD à Polícia Militar para aplicar as sanções previstas no Decreto Estadual nº 47.383/2018.

Ademais, o Decreto nº 47.838/2018, em seu art. 49, § 3º limita a competência da Polícia Militar para lavratura de autos de infração, nos seguintes termos:

Art. 49 - A Semad, a Feam, o IEF e o Igam poderão delegar, mediante convênio, à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG -, as competências de fiscalização e de aplicação de sanções previstas neste decreto, e ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais - CBMMG -, as competências de fiscalização e de aplicação de sanções exclusivamente no que se refere a incêndios florestais.

[...]

§ 3º - Não será objeto de delegação à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG a aplicação de pena de multa, simples ou diária, em valor superior a 60.503,38 Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais - Ufemgs por infração, salvo em assuntos de fauna silvestre, pesca e flora. (Parágrafo com redação dada pelo art. 17 do Decreto nº 47.837, de 9/1/2020)

§ 4º - Na hipótese do § 3º, a PMMG, constatado o descumprimento do disposto na legislação ambiental e de recursos hídricos, deverá encaminhar à Semad ou às suas entidades vinculadas o registro da ocorrência para as providências cabíveis. (g.n)

Infere-se, portanto, que o auto de infração lavrado pela Polícia Militar está eivado de nulidade, por vício de competência. Isto porque a competência da PMMG estava limitada a 60.503,38 UFEMG'S, que correspondem ao valor de R\$ 288.619,27 (duzentos e oitenta e oito mil seiscientos e dezenove reais e vinte e sete centavos), ou seja, há nítido descumprimento da norma aplicável, vez que o importe expresso no auto de infração é muito superior ao limite supracitado.

Cumpre salientar que o Núcleo de Autos de Infração da SUPRAM SM, recentemente, anulou o Auto de Infração nº 40745/2017, em situação análoga à que ora se discute (incêndio), considerando que a PMMG aplicou multa em valor que excede as suas competências previstas em Decreto Estadual. Veja-se trecho do parecer jurídico que fundamentou a decisão:

(...)

Dessa forma, entendo que o auto de infração com a aplicação da penalidade de multa simples no valor de **R\$ 322.950,00 (trezentos e vinte e dois mil e novecentos e cinquenta reais)**, aplicado pelos agentes autuantes no

presente caso, extrapola o limite legal estabelecido no art. 28, §2º do Decreto Estadual nº 44.844/08.

(...)

Cabe salientar, mesmo que fossem considerados os valores estabelecidos no Decreto Estadual nº 47.383/18, o que não é o caso, haja vista, que os atos infracionais foram praticados na vigência do Decreto Estadual nº 44.844/08, ainda assim a penalidade de multa simples aplicada estaria acima dos valores permitidos pelas autoridades conveniadas.

(...)

Dessa forma, como o auto de infração foi lavrado com vício insanável, conforme fundamentado acima, e em respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da legalidade, o auto de infração em análise deve ser anulado.

Adotou o mesmo entendimento a SUPRAM ASF no julgamento do auto de infração nº 77326/2016, o qual também fora anulado por ter sido verificada a nulidade do instrumento, em razão da incompetência do agente autuante. Naquele caso, a multa também foi aplicada pela Polícia Militar ultrapassando o montante limite previsto no Decreto vigente à época. Veja-se:

3 – CONCLUSÃO:

Ante ao exposto, com base nos fundamentos do presente parecer, opina-se pelo **conhecimento do recurso e pela procedência das razões recursais**, especialmente no que se refere a incompetência do agente autuante, alterando assim a decisão administrativa de 1ª instância acerca do Auto de Infração nº. 77326/2016, com a consequente **declaração de nulidade em razão do vício formal alegado em fase de recurso**, pelo que vem:

- **deferir** a anulação do auto de infração nº. 77326/2016, haja vista ter sido verificada a nulidade do instrumento, inclusive em relação à competência do agente.
- **Indeferir** o pedido de devolução da taxa de expediente, sendo essa devida para análise do recurso, sem falar em reabertura de prazo para discussão nesse sentido.

Remeta-se o processo administrativo nº. 452020/20 à autoridade competente para julgamento do presente parecer, nos moldes do artigo 51, § 1º, inciso IV, do Decreto Estadual nº. 47.787/2019.

Ademais, é cediço que a aplicação de sanções decorrentes de ilícitos administrativos se consubstancia como um ato estatal restritivo do direito de

propriedade, pelo que **não é e nem pode ser um ato praticado por servidor que não possui conhecimento técnico específico sobre o tema**, sob pena de serem aplicadas sanções equivocadas e até mesmo abusivas, causando sérios distúrbios na ordem pública.

Assim, o ato realizado fora dos limites de que dispõe a autoridade é **inválido** por lhe faltar poder jurídico para manifestar a vontade da administração.

Nessa senda, cumpre rechaçar a invocação de qualquer Lei Estadual de Minas Gerais como norma instituidora de competência fiscalizatória, **pois a norma se encontra em franco conflito com a legislação federal**, notadamente em relação à Lei nº 10.410/2002. Nesse ponto, veja-se o que disciplina a Lei Federal sobre a criação da carreira de Especialista em Meio Ambiente e o poder de fiscalização de seus servidores:

Art. 1º Fica criada a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, composta pelos cargos de Gestor Ambiental, Gestor Administrativo, Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental, Técnico Administrativo e Auxiliar Administrativo, abrangendo os cargos de pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. (Redação dada pela Lei nº 13.026, de 2014)

(...)

Art. 6º São atribuições dos titulares do cargo de Técnico Ambiental: Parágrafo único. O exercício das atividades de fiscalização pelos titulares dos cargos de Técnico Ambiental deverá ser precedido de ato de designação próprio da autoridade ambiental à qual estejam vinculados e dar-se-á na forma de norma a ser baixada pelo Ibama ou pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, conforme o Quadro de Pessoal a que pertencerem. (Redação dada pela Lei nº 11.516, 2007)

(...)

Art. 11. O ingresso nos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente referidos no art. 1º desta Lei ocorrerá mediante aprovação prévia em concurso público, de provas ou de provas e títulos, no padrão inicial da classe inicial. (Redação dada pela Lei nº 13.026, de 2014)

Denota-se que a Lei Federal estipula requisitos mínimos de conhecimento técnico para que seus servidores possam exercer o poder fiscalizatório, sendo razoável entender que a legislação estadual não poderá criar

atribuições para seus servidores militares que não possuem formação específica ou ingressaram na carreira sem demonstrar conhecimentos sobre a matéria ambiental. Tal solução, em âmbito geral, é prejudicial até mesmo ao meio ambiente, haja vista o exercício da fiscalização por agentes sem conhecimento técnico específico.

Não se diz, entretanto, que seja vedado, em tese, a todos os membros da PMMG lavrarem autos de infração, pois aqueles que são qualificados para tanto poderão realizar os atos fiscalizatórios mediante delegação da SEMAD estabelecida em convênio. Todavia, a princípio, esta não é a realidade *in casu*, pois não há prova da existência de convênio nem da qualificação do auditor no auto de infração em comento. Neste caso, caberia ao autuante colacionar ao **Al sua qualificação e demonstrar o cumprimento mínimo dos requisitos para iniciar qualquer tipo de fiscalização e aplicação de sanções.**

Inclusive, de maneira semelhante, já se manifestou o e. Tribunal de Justiça do Estado do Minas Gerais, como se denota das ementas a seguir transcritas:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CAUTELAR - SUSPENSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO - ILEGITIMIDADE PASSIVA - PRELIMINAR PARCIALMENTE ACOLHIDA - MULTA E SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES - UTILIZAÇÃO IRREGULAR DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - INTERVENÇÕES QUE ALTERAM OS RECURSOS HÍDRICOS SEM OUTORGA - INCOMPETÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR PARA AUTUAR E APLICAR SANÇÃO COMINATÓRIA - CONFLITO COM NORMA FEDERAL - MEDIDA LIMINAR - REQUISITOS - PRESENÇA - RECURSO PROVIDO. - **Os agentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que não possuem conhecimento técnico específico na área ambiental não detém competência administrativa para aplicar sanção cominatória em decorrência de irregularidades ambientais, devendo se limitar à lavratura de autos de constatação, comunicando os fatos apurados aos órgãos competentes.** (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0572.16.002419-4/001, Relator(a): Des.(a) Wilson Benevides, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 31/10/2017, publicação da súmula em 14/11/2017).

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS À EXECUÇÃO INFRAÇÃO AMBIENTAL - QUEIMADA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL - MULTA INCOMPETÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR PARA AUTUAR E APLICAR SANÇÃO COMINATÓRIA CONFLITO COM NORMA FEDERAL NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA CDA - RECURSO PROVIDO. - **Os agentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que não possuem conhecimento técnico específico na área ambiental não detém competência administrativa para aplicar sanção cominatória em decorrência de irregularidades ambientais, devendo se limitar à lavratura de autos de constatação, comunicando os fatos apurados aos órgãos competentes. É nulo o auto de infração lavrado por agente incompetente, vício que se estende à CDA que fundamentou a execução fiscal.** Logo, o feito executivo deve ser extinto. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.21.027114-4/001 - COMARCA DE PARACATU - APELANTE(S): ZILA

ADJUTO CARNEIRO DE MENDONCA - APELADO(A)(S): INSTITUTO
ESTADUAL DE FLORESTAS IEF)

Destarte, cabe aos agentes militares sem conhecimento específico proceder à lavratura apenas de autos de constatação e encaminhá-los aos órgãos competentes, para que os servidores técnicos possam averiguar a fundo a situação narrada e, se for o caso, lavrar os respectivos autos de infração.

Por essas razões, a Cemig Distribuição S/A vem requerer ao órgão julgador que proceda à revisão do auto de infração em tela, a fim de se reconhecer a nulidade deste, em virtude da incompetência do agente autuante, vinculado à Polícia Militar, o que caracteriza, nitidamente, vício insanável.

5 – DO MÉRITO

5.1. DA VERDADE DOS FATOS – INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DA CEMIG EM RELAÇÃO AO ATO INFRACIONAL

Em que pese tenha sido demonstrada a nulidade do auto de infração, em respeito ao princípio da eventualidade, cumpre tecer comentários quanto ao mérito da autuação, que também não merece subsistir.

De antemão, deve-se ressaltar que o início da propagação do incêndio não foi presenciado pelo agente autuante, que provomeu a autuação com fundamento no relato de uma única testemunha.

Assim, é certo que o fato de a autoridade policial não ter presenciado o evento, por si só, fulmina a possibilidade de se presumir a veracidade das alegações registradas, que expressam apenas e tão somente a versão de um terceiro, naturalmente interessado, já que o incêndio teria ocorrido em sua propriedade.

Nesse sentido, insta mencionar que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais possui várias decisões no sentido de que é necessário o apontamento de outros fatores que corroborem a presunção de veracidade do Boletim de Ocorrência. Veja-se, nesse sentido, os julgados elencados abaixo:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - COLISÃO ENTRE MOTOCICLETAS - PROVA TESTEMUNHAL - CONTRADIÇÃO - BOLETINS DE OCORRÊNCIA - LAVRATURA COM BASE NA VERSÃO DE CADA PARTE - INSUFICIÊNCIA DE PROVAS SOBRE A CULPA PELO OCORRIDO - RESPONSABILIZAÇÃO - DESCABIMENTO.

I- Ao dever de indenizar impõe-se ocorrência de ato ilícito, nexo causal e dano, nos termos em que estatuídos nos arts. 927, 186 e 187 do CC/02.

II- Quando os depoimentos colhidos das testemunhas forem contraditórios em si, a prova deve ser valorada de acordo com o livre convencimento motivado do julgador, levando-se em consideração a realidade apresentada pelos demais elementos de prova dos autos.

III- Tendo cada uma das partes solicitado a lavratura de Boletins de Ocorrência distintos, que trazem somente a versão pessoal de cada um, declaradas perante a autoridade policial, não se pode atribuir aos mesmos força probante suficiente, tratando-se de ato policial meramente documentativo de declaração unilateral da parte, não gozando de presunção de veracidade quanto ao seu conteúdo.

V - Não sendo possível se extrair do conjunto probatório produzido nos autos informações, sequer, sobre as condições e a dinâmica do acidente, não há como atribuir a qualquer uma das partes a culpa e responsabilidade pelo ocorrido.

(TJMG - Apelação Cível 1.0000.22.068580-4/001, Relator(a): Des.(a) João Cancio, 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/08/2022, publicação da súmula em 30/08/2022)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ADESIVO - AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - NÃO CONHECIMENTO - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - ASSOCIAÇÃO SEGURADORA - PLEITO DE RESTITUIÇÃO DA INDENIZAÇÃO PAGA AO SEGURADO - COMPROVAÇÃO DA CULPA PELA CAUSAÇÃO DO ACIDENTE - BOLETIM DE OCORRÊNCIA - PROVA UNILATERAL - NÃO ELUCIDAÇÃO DA DINÂMICA DO EVENTO - AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL.

- Não se conhece do recurso interposto pela parte vencedora, por falta de sucumbência recíproca entre as partes.

- Tem-se como pressupostos da responsabilidade civil subjetiva a demonstração da existência de ato ilícito, culpa, dano e nexo causal entre o ato e o dano causado, de modo que se caracterizados, surge o dever de reparação, conforme art. 927 do Código Civil.

- Não obstante a presunção de veracidade relativa de boletim de ocorrência, quando este narra declarações exclusivas de uma única parte e não é corroborado por outra prova, não é suficiente para elucidar a dinâmica do evento danoso.

- Ausente a demonstração de culpa, não se caracteriza responsabilidade civil.

(TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.113480-4/001, Relator(a): Des.(a) Roberto Apolinário de Castro (JD Convocado), 9ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/06/2022, publicação da súmula em 13/06/2022)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - COLISÃO DE MÁQUINA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO EM POSTE DE ENERGIA ELÉTRICA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - ART. 37, § 6º, da CRFB/88 - PRESCINDIBILIDADE DO ELEMENTO CULPA - PROVA DA CONDUTA, DO DANO E DO NEXO CAUSAL - NECESSIDADE - ÔNUS DO AUTOR - BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO COM BASE EM RELATO UNILATERAL DA PARTE - AUSÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Em regra, a responsabilidade civil do Estado é objetiva, nos termos do art. 37, § 6º, da CRFB/88, o que vale

dizer que na ação de reparação de dano em face dele ajuizada, dispensa-se a comprovação da culpa. A responsabilidade objetiva não exige o autor da ação de comprovar a conduta do agente causador do dano, o prejuízo sofrido e a relação de causalidade entre esses elementos. **O boletim de ocorrência, lavrado com base em versão unilateral da parte que alega ter sofrido o dano e sem identificar as circunstâncias do sinistro, não goza, por si só, de presunção de veracidade, devendo estar acompanhado de outros elementos que corroborem a versão prestada.** Inexistindo prova da conduta, do dano e do nexo causa, afasta-se a responsabilidade civil do Município.

(TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.268799-0/001, Relator(a): Des.(a) Wilson Benevides, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 02/06/2022, publicação da súmula em 08/06/2022)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS- ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO- RODOVIA- ANIMAL NA PISTA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DEVER DE INDENIZAR - BOLETIM DE OCORRÊNCIA- PRESUNÇÃO IURIS TANTUM DE VERACIDADE - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.

1. O Boletim de Ocorrência possui presunção de veracidade quando os fatos descritos são narrados por autoridade policial que presenciou o evento danoso.

2. A narração do fato pela própria vítima, isto é, unilateralmente, não faz prova do evento danoso caso não corroborada por outros meios de prova.

3. A ausência de comprovação da culpa pelo evento danoso impõe a manutenção da sentença que julgou improcedente o pedido de reparação por danos materiais.

(TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.020200-8/001, Relator(a): Des.(a) Afrânio Vilela, 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 25/05/2021, publicação da súmula em 26/05/2021)

No caso vertente, percebe-se que, no Boletim de Ocorrência, registrou-se o relato de uma testemunha que afirma a ocorrência de oscilações no fornecimento de energia em sua propriedade na data do incêndio, e que após essas oscilações, teria ouvido um estouro no poste da rede elétrica, além de ter visto "faíscas" caindo do poste, alegando ser essa a causa do incêndio.

Após o recebimento do auto de infração, a Cemig consultou os registros de ocorrências no sistema referentes ao mês de setembro, tendo verificado que, na data de 03/09/2022 não foi relatada qualquer irregularidade em Matias Cardoso, cujo código local é 2459.

Os tipos de serviços relacionados à ocorrência de incêndios florestais são RC09 (Cabo Partido), pois cabos partidos são fatos que, efetivamente, podem causar incêndios florestais. As Notas de Serviço de Risco com Terceiros (NSRI), por sua vez, são registros, como o próprio nome diz, de danos causados ao sistema por

terceiros, que também podem provocar incêndios. As figuras a seguir mostram os registros de ocorrências na região, com destaque para os códigos locais, não havendo ocorrência em Matias Cardoso (2459).

A01	RC09	196363638	03/09/2022 10:16	03/09/2022 15:51	9967	ARQUIVAR	AREA RURAL	2148	JB	PTH0213	2044		
A01	RC09	196363543	03/09/2022 09:55	03/09/2022 12:25	4154	ARQUIVAR	CALIFORNIA	2756	JB	JUAU014	313833		
A01	RC09	196363513	03/09/2022 09:54	03/09/2022 11:56	4154	ARQUIVAR	NOVA PORTEIRINHA	2756	JB	JUAU011	30838		
A01	RC09	196359266	03/09/2022 06:39	03/09/2022 09:31	9929	ARQUIVAR	ACIONADO SOBREAVISADO	2142	JB				

Figura 01 – Registro de ocorrências de cabo partido RC09 na região de ocorrência do incêndio florestal na data de 03/09/2022, em destaque o código dos municípios.

A09	NSRI	196362769	03/09/2022 10:00	03/09/2022 15:28	4940	ARQUIVAR	(00) TF VZ/OTT	2756	JB	JUAU014	384967		
A09	NSRI	196365501	03/09/2022 13:41	03/09/2022 14:01	2347	ARQUIVAR	//EQUIPE 2347 //	2483	JB	MBH008	78587		

Figura 02 – Registro de ocorrências de Notas de Serviço de Risco com Terceiros – NSRI, na data de 03/09/2022, em destaque código dos municípios.

Apresentamos os registros, também, de datas próximas àquela em que teria se iniciado o incêndio, demonstrando a inexistência de ocorrências em Matias Cardoso:

Detalhe	Prioridade	Tipo	Serviço	Data Designação	Data Término	Veículo	Situação	Bairro	Local/Região	Alimentador	Equipamento	Observação	Eventos	Interrupção
A01	RC09	196369012	04/09/2022 09:03	04/09/2022 11:41	9985	ARQUIVAR	ATRAS O MORROS-TI	2293	JB	MVD006	108567			
A01	RC09	196363638	03/09/2022 10:16	03/09/2022 15:51	9967	ARQUIVAR	AREA RURAL	2148	JB	PTH0213	2044			
A01	RC09	196363543	03/09/2022 09:55	03/09/2022 12:25	4154	ARQUIVAR	CALIFORNIA	2756	JB	JUAU014	313833			
A01	RC09	196363513	03/09/2022 09:54	03/09/2022 11:56	4154	ARQUIVAR	NOVA PORTEIRINHA	2756	JB	JUAU011	30838			
A01	RC09	196359266	03/09/2022 06:39	03/09/2022 09:31	9929	ARQUIVAR	ACIONADO SOBREAVISADO	2142	JB					
A01	RC09	196346649	02/09/2022 11:59	02/09/2022 14:13	9929	ARQUIVAR	PX PAGEU	2147	JB	MVD005	93061			
A01	RC09	196344322	02/09/2022 10:46	02/09/2022 14:09	9967	ARQUIVAR	AREA RURAL	2149	JB	PTH0213	115960			
A01	RC09	196335645	02/09/2022 08:25	02/09/2022 09:59	9985	ARQUIVAR		2127	JB	JUAU017	3288			

Figura 03 – Registro de ocorrências de cabo partido RC09 na região de ocorrência do incêndio florestal na data de 02/09/2022 a 04/09/2022.

Detalhe	Prioridade	Tipo	Serviço	Data Designação	Data Término	Veículo	Situação	Bairro	Local/Região	Alimentador	Equipamento	Observação	Eventos	Interrupção
A01	RC09	196369012	04/09/2022 09:03	04/09/2022 11:41	9985	ARQUIVAR	ATRAS O MORROS-TI	2293	JB	MVD006	108567			
A01	RC09	196363638	03/09/2022 10:16	03/09/2022 15:51	9967	ARQUIVAR	AREA RURAL	2148	JB	PTH0213	2044			
A01	RC09	196363543	03/09/2022 09:55	03/09/2022 12:25	4154	ARQUIVAR	CALIFORNIA	2756	JB	JUAU014	313833			
A01	RC09	196363513	03/09/2022 09:54	03/09/2022 11:56	4154	ARQUIVAR	NOVA PORTEIRINHA	2756	JB	JUAU011	30838			
A01	RC09	196359266	03/09/2022 06:39	03/09/2022 09:31	9929	ARQUIVAR	ACIONADO SOBREAVISADO	2142	JB					
A01	RC09	196346649	02/09/2022 11:59	02/09/2022 14:13	9929	ARQUIVAR	PX PAGEU	2147	JB	MVD005	93061			
A01	RC09	196344322	02/09/2022 10:46	02/09/2022 14:09	9967	ARQUIVAR	AREA RURAL	2149	JB	PTH0213	115960			
A01	RC09	196335645	02/09/2022 08:25	02/09/2022 09:59	9985	ARQUIVAR		2127	JB	JUAU017	3288			

Figura 04 – Registro de ocorrências de Notas de Serviço de Risco com Terceiros – NSRI, na data de 02/09/2022 a 04/09/2022.

Caso os documentos de controle demonstrassem a ocorrência de rompimento de cabos, isso poderia, eventualmente, ser apontado como uma possível causa do incêndio. Contudo, conforme demonstrado acima, não houve ocorrências desse tipo na área atingida pelo incêndio e nas suas adjacências.

Nesse sentido, deve-se salientar a inexistência de qualquer reclamação registrada ou serviço realizado nas instalações circunvizinhas à coordenada indicada no auto de infração como de início do incêndio, sendo tais

instalações identificadas pelos seguintes números: 3013104693, 3010541659, 3014911579 e 3010541653.

Ademais, consoante a documentação anexa, que demonstra a pesquisa interna realizada com fins de averiguar as ocorrências no religador 267024, que atende a coordenada informada, não se encontraram evidências de operação na data mencionada no auto de infração, tampouco em datas próximas. O documento demonstra, ainda, que a última manobra ocorrida nesse religador foi em 01/01/2022. Veja-se, na tabela, as operações relacionadas ao código 2459 (Matias Cardoso), sendo certo que a última operação ocorreu no dia 01/01/2022:

Detalhe	Prioridade	Tipo	Serviço	Data Designação	Data Término	Veículo	Situação	Bairro	Local	Região	Alimentador	Equipamento
025	OSRL	190860886	15/03/2022 08:53	15/03/2022 14:49	9453	ARQUIVAR	BREJO ARROZ CX AGIST	5238	PT	BRD0206		267024
075	MA18	188664890	01/01/2022 09:06	01/01/2022 09:18	9993	ARQUIVAR	EQUIPE 9993	2459	JB	MAGU012		267024
075	MA31	188663971	01/01/2022 08:14	01/01/2022 08:52	9993	ARQUIVAR		2459	JB	MAGU012		267024
075	MA27	188663970	01/01/2022 06:52	01/01/2022 08:15	9993	ARQUIVAR		2459	JB	MAGU012		267024
009	NSVE	183912589	05/07/2021 07:52	05/07/2021 10:33	9816	ARQUIVAR	FALHA NO TELECONTROL	2459	JB	MAGU012		267024
009	NSVE	183214478	08/06/2021 11:01	08/06/2021 16:34	4196	ARQUIVAR	COMMISSIONAR RELIGADO	2459	JB	MAGU012		267024
009	NSLV	183189563	29/05/2021 12:14	29/05/2021 15:08	4942	ARQUIVAR	INSTALAR RELIGADOR	2459	JB	MAGU012		267024
070	MA66	182218857	21/04/2021 08:08	21/04/2021 08:18	4196	ARQUIVAR		2459	JN	MAGU012		267024
070	MA27	182218856	21/04/2021 07:43	21/04/2021 08:07	4196	ARQUIVAR	9993	2459	JN	MAGU012		267024
070	MA31	182218813	21/04/2021 05:37	21/04/2021 05:43	9993	ARQUIVAR		2459	JN	MAGU012		267024
070	MA27	182218812	21/04/2021 04:57	21/04/2021 05:36	9993	ARQUIVAR		2459	JN	MAGU012		267024
055	MA66	181855752	06/04/2021 17:19	06/04/2021 17:27	4196	ARQUIVAR	PELO BYPASS	2459	JB	MAGU012		267024

Lado outro, deve-se ressaltar que a estrutura apresentada nas fotos do auto de infração é um para-raios, equipamento de proteção da rede que, quando acionado, não gera riscos de incêndio, pois não produz faísca.

A função básica dos para-raios é a de reduzir as amplitudes das sobretensões transitórias nos terminais dos equipamentos ou dos sistemas protegidos a níveis pré-estabelecidos e operacionalmente aceitáveis, de modo que, após a ocorrência destas solicitações, a isolação dos equipamentos ou dos sistemas protegidos não fique comprometida.

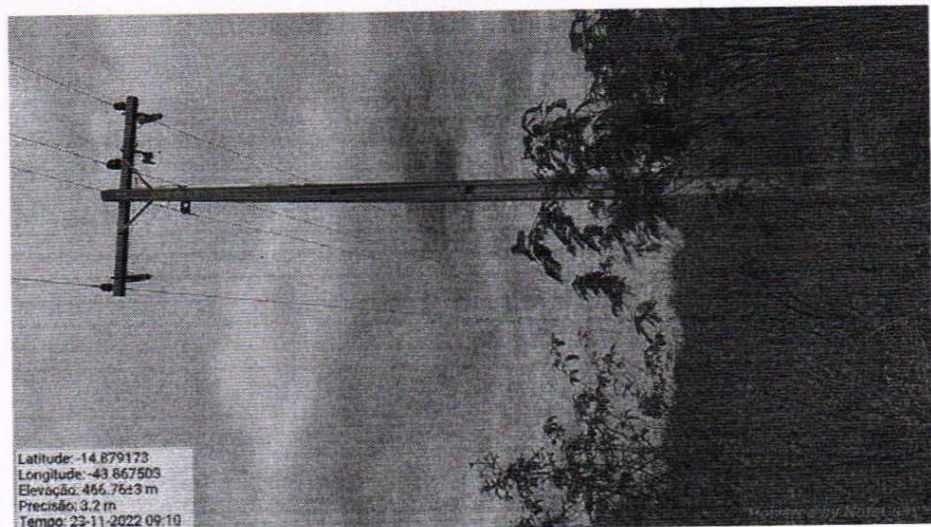
Os para-raios com invólucro polimérico e internamente compostos por varistores de óxido de zinco são desenvolvidos com materiais e aditivos anti-chama, justamente para promover segurança do dispositivo em operação durante sua vida útil e também em eventos transitórios promovidos pelo sistema elétrico.

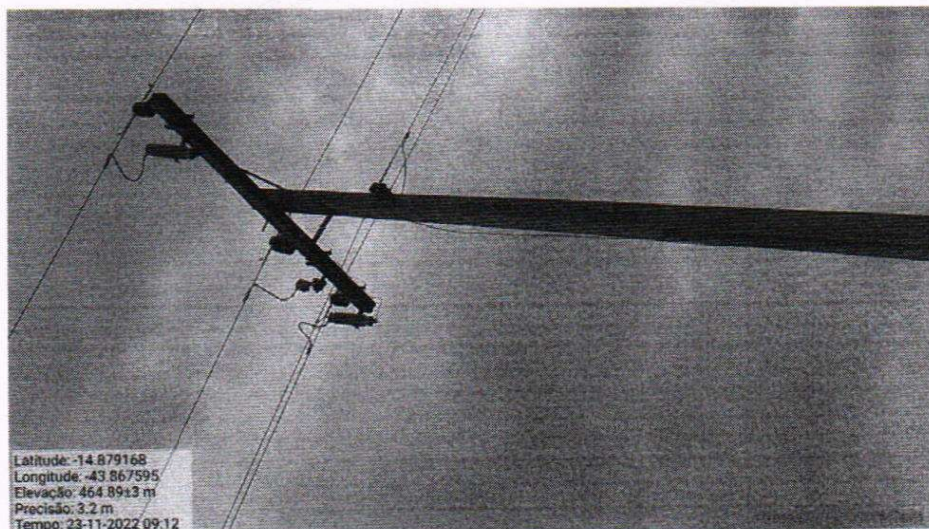
Os desligadores automáticos, que são parte integrante dos para-raios de distribuição, são dispositivos desenvolvidos para atuarem de forma a evitar a falta permanente em um sistema, promovendo a desconexão do para raios em um evento de falta. Sua composição é em baquelite para fins elétricos, também com aditivos anti-chama, garantindo assim seu desempenho frente aos eventos já mencionados.

Os projetos de para-raios são submetidos a testes mencionados nas normas de referência como NBR 16050, IEC 60099-4 e IEEE/ANSI C62.11.

Deve-se ressaltar, portanto, que o material citado no auto de infração (isolador/alça de injeção), não é um material inflamável e não produz faísca que possa provocar incêndios florestais.

Apresentamos as fotografias realizadas no local, que evidenciam as estruturas da rede elétrica e seus materiais:





Em relação ao “isolador/alça de injeção” encontrado danificado, cumpre esclarecer que este é composto de porcelana (material não inflamável), e também não produz faísca, o que torna impossível afirmar que um incêndio florestal tenha se originado por esse equipamento.

No isolador, não foi verificado qualquer defeito. A “alça de injeção” mencionada, na verdade, trata-se do “jamper de alimentação do para-raio”. O que ocorre, in casu, é que o “jamper”, na parte superior do para-raio estava rompido, o que é uma situação normal e prevista dentro do funcionamento do para raio.

Confira-se, as imagens do isolador/alça de injeção, que é composto de porcelana (material não inflamável):



Em outras palavras, trata-se de uma estrutura que é utilizada como “para-raio”, ou seja, cuja função intrínseca é absorver danos ocasionados por descargas elétricas, e não dispersar ou emitir faíscas.

Nota-se, portanto, que é impossível estabelecer qualquer correlação lógica entre o incêndio e o equipamento encontrado e descrito no boletim de ocorrência, porquanto **ditas estruturas não são inflamáveis e não produzem faíscas.**

ROSIRAJAO.COM.BR

Belo Horizonte - MG
R. Antônio de Albuquerque, 330
6º andar - Savassi - Tel. +55 (31) 3223 6440

Rio de Janeiro - RJ
Av. Rio Branco, 131 - 18º andar
Centro - Tel. +55 (21) 3199 0601

São Paulo - SP
Rua Joaquim Floriano, 820 - 13º andar
Itaim - Tel. +55 (11) 4673 4390

Pode-se afirmar que a existência de rede elétrica no local é um fato tentador para que terceiros e os próprios agentes de fiscalização queiram atribuir responsabilidade à concessionária de energia por eventuais danos ambientais.

No entanto, sabe-se que são muitas as causas que podem ter provocado o incêndio narrado no auto de infração, não se podendo afirmar que tenha se originado na rede de distribuição da Companhia.

Nesse sentido, é interessante transcrever um trecho de matéria publicada na EBC – Agência Brasil³, no dia 16/09/2017, em que a SEMAD e o Corpo de Bombeiros declinam, as causas dos recorrentes incêndios florestais em Minas Gerais:

"Entre as formas de começar um incêndio por ação humana, a Semad cita fogueiras mal apagadas, limpeza de pastagens com fogo, queima de restos de folhas ou lixo, uso de foguetes. Há ainda os casos intencionais.

Em Minas Gerais, há registros de queimadas vinculadas a disputas fundiárias, a atos de vandalismo, a ações de retaliação e a prática de caça, acrescenta a Secretaria. Até mesmo incêndios causados por crianças já foram registrados. "Nos meses de agosto a outubro, qualquer pequena fagulha pode se tornar um grande incêndio potencializado pela ação dos ventos", informa também o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais".

Ao se consultar os dados meteorológicos da região, percebe-se que, no dia 03/09/2022, havia uma forte massa de ar seco, chegando-se a mínimas próximas de 15% de umidade do ar. Ante os fatos apresentados, o incêndio só pode ter tido origem diversa daquela apontada no auto de infração, considerando-se, sobretudo, que as condições para tanto eram ideais, de baixa umidade e temperaturas elevadas (aproximadamente 32°C).

No caso em comento, tratando-se de processo administrativo punitivo, devido às semelhanças que este guarda com o processo penal, deve-se aplicar o princípio conhecido como "*in dubio pro reo*" ou "*favor rei*". Nas palavras do jurista René Ariel Doltti, o referido princípio aplica-se "*sempre que se caracterizar uma situação de prova dúbia, pois a dúvida em relação à existência ou não de determinado fato deve ser resolvida em favor do imputado*" (Processo Penal –

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-09/tempo-seco-de-setembro-facilita-incendios-mas-inicio-se-da-por-acao-humana#>

Sistema e Princípios de Souza Netto, 2003, p. 155). O princípio, assim, informa a regra expressa no artigo 386, VII, do no Código de Processo Penal:

Art. 386: o juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:

(...)

VII – não existir prova suficiente para a condenação.

Dessa forma, (não conseguindo o Estado angariar provas suficientes da materialidade e autoria da infração, deve-se absolver o acusado, exatamente como no caso, que diz respeito a um processo administrativo punitivo, vez que da simples leitura do AI é possível constatar que inexistente nexos de causalidade entre o fato ocorrido e a conduta da Cemig, bem como não é possível imputar o ocorrido a esta quando não há indícios suficientes para a referida imputação de responsabilidade).

5.3 – DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA SUBJETIVA

Muito embora se tenha demonstrado, de maneira inequívoca, a impossibilidade de confirmação de nexos causal no caso concreto, faz-se necessário tecer alguns comentários a respeito dos requisitos para responsabilização por infrações administrativas.

É cediço que só haverá infração se o resultado for implementado de modo concreto em razão de uma ação/omissão do suposto infrator, o que não se enquadra no presente caso.

Portanto, é importante salientar ser da essência da responsabilidade administrativa a ocorrência de uma infração, ou seja, a desobediência de normas constitucionais, legais ou regulamentares ou a subsunção do comportamento do agente a um tipo infracional, pela empresa responsável.

Pode-se dizer que, para imputação de determinada infração ambiental a alguém, deve estar caracterizada a subsunção como tipo infracional provocado por uma conduta omissiva ou comissiva violadora de regras jurídicas.

Nesse sentido, temos como pressuposto da responsabilidade administrativa por dano ambiental a prática de determinado ato ilícito, o que envolve, inevitavelmente, a verificação do elemento culpa.

Ora, "infrator" é aquele que transgredir uma norma, ignora, despreza, desrespeita. Vale dizer, o infrator demanda norma expressa para que possa, então, transgredir.

Na esfera administrativa e criminal, o liame de causalidade, por si só, não basta para estabelecer responsabilidade do infrator. Não é por outro motivo que o próprio parágrafo 3º do art. 225 da Constituição Federal, ao estatuir a tríple responsabilização para o "infrator", diferencia a "obrigação de reparar os danos causados" das "sanções penais e administrativas".

Desse modo, resta claríssimo que a responsabilidade administrativa é SUBJETIVA, pois depende da apreciação de diversos aspectos, não só da conduta, **mas também da pessoa do agente**.

Frisa-se que, a necessidade de demonstração da culpa na conduta do agente visa garantir a liberdade do cidadão contra o arbítrio estatal, livrando-o de se ver acuado com acusações por fatos para os quais não concorreu.

Admitir o contrário seria uma evidente teratologia jurídica, embalada pela retórica de juristas, promotores, procuradores e magistrados biocentristas, que não medem esforços em obliterar o óbvio para desfocar a objetividade da norma – por um pouco democrático ideal de proteção ambiental.

Segundo o Superior Tribunal de Justiça – STJ, não é possível utilizar a mesma lógica da responsabilidade civil por dano ambiental no caso da aplicação de multa administrativa. Para esse Tribunal, a multa é uma sanção, e como tal, deve obedecer à sistemática da teoria da culpabilidade, ou seja, a conduta deve ser cometida pelo alegado transgressor, com demonstração de seu elemento subjetivo, bem como do nexu causal entre a conduta e o dano.

Esse entendimento está estampado no recente julgamento do Recurso Especial nº 1251697/PR, cuja ementa transcrevemos:

AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL. MULTA APLICADA ADMINISTRATIVAMENTE EM RAZÃO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL. EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA EM FACE DO ADQUIRENTE DA PROPRIEDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. MULTA COMO PENALIDADE ADMINISTRATIVA, DIFERENTE DA OBRIGAÇÃO CIVIL DE REPARAR O DANO (...) 8. Pelo princípio da transcendência das penas (art. 5º, inc. XLV, CR88), aplicável não só ao âmbito penal, mas também a todo o Direito Sancionador, não é possível ajuizar execução fiscal em face do recorrente para cobrar multa aplicada em face de condutas imputáveis a seu pai. **9. Isso porque a aplicação de penalidades administrativas não obedece à lógica da responsabilidade objetiva da esfera cível (para reparação dos danos causados), mas deve obedecer à sistemática da teoria da culpabilidade, ou seja, a conduta deve ser cometida pelo alegado transgressor, com demonstração de seu elemento subjetivo, e com demonstração do nexo causal entre a conduta e o dano (...)** 15. Recurso especial provido. (STJ, REsp 1251697/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/04/2012, DJe 17/04/2012) (grifo nosso)

No mesmo sentido, pode-se referir o ainda mais recente REsp 1.401.500 Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, DJe 13/9/2016:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. DANO AMBIENTAL. AUTO DE INFRAÇÃO. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA. EXIGÊNCIA DE DOLO OU CULPA. MULTA. CABIMENTO EM TESE. 1. Segundo o acórdão recorrido, "a responsabilidade administrativa ambiental é fundada no risco administrativo, respondendo, portanto, o transgressor das normas de proteção ao meio ambiente independentemente de culpa lato sensu, como ocorre no âmbito da responsabilidade civil por danos ambientais" (e-STJ fl. 997). 2. **Nos termos da jurisprudência do STJ, como regra a responsabilidade administrativa ambiental apresenta caráter subjetivo, exigindo dolo ou culpa para sua configuração.** Precedentes: REsp 1.401.500 Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/9/2016, AgRg no AREsp 62.584/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Rel. p/acórdão Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 7/10/2015, REsp 1.251.697/PR, Rel. Ministro. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/4/2012. 3. Recurso Especial parcialmente provido.

O transcrito entendimento do STJ, que reconheceu expressamente a aplicação da teoria da culpabilidade ao processo administrativo sancionador, ilustra o fenômeno da constitucionalização do Direito, denominado por alguns autores de filtragem constitucional, pelo qual toda a legislação infraconstitucional deve ser lida e interpretada à luz do filtro axiológico da Constituição.

Nesse sentido, o processo administrativo punitivo tem por escopo a apuração pelo Estado de infrações cometidas por particulares, considerando-se, para tanto, que a Administração Pública tem o poder-dever de corrigir ex officio os atos ilegítimos e ilegais praticados por particulares, aplicando, se for o caso, as penalidades cabíveis.

Portanto, essa finalidade em muito se aproxima do dever de aplicar a lei penal, de modo que os princípios que informam a apuração do cometimento de infrações penais devem ser interpretados extensivamente, no sentido de abranger toda e qualquer atividade sancionatória a cargo do Estado, seja de natureza penal ou administrativa, levando-se em consideração, ainda, sua íntima ligação com o princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade, derivado da cláusula do devido processo legal substantivo.

Diante do exposto, (por ser impossível a imputação de dolo ou culpa à Autuada, mister concluir pelo afastamento da multa aplicada no auto de infração em questão.)

(Conforme exposto acima, não há nexos de causalidade entre o incendio ocorrido e os equipamentos da Autuada. Com efeito, inexistem quaisquer embasamentos logicos que demonstrem a responsabilidade desta.)

Assim, em que pese a Autuada possuir rede no local referido no Auto de Infração, nada contribuiu para o ato infracional. Ressalta-se que a referida infração pode decorrer, inclusive, de ação de terceira pessoa, que não possui qualquer relação com a CEMIG.

(À luz do exposto, resta manifestamente demonstrada a ausência de dolo ou culpa por parte da Autuada, bem como do nexos de causalidade entre o suposto dano apurado e uma conduta de sua autoria, fato que deve levar à exclusão da penalidade por meio do presente Auto de Infração.)

6. DA NECESSIDADE DA DILAÇÃO PROBATÓRIA – REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL.

Inobstante a manifesta nulidade do auto de infração combatido, caso o órgão julgador entenda pela regularidade da autuação quanto aos requisitos formais, (será necessária a dilação probatória e a realização de perícia.)

Ora, conforme exposto no decorrer desta Defesa, nota-se que o auto de infração baseou-se no singelo relato de uma testemunha residente na região próxima ao incêndio ocorrido, tendo sido lavrado por agentes militares que não detêm conhecimentos técnicos sobre equipamentos elétricos nem sobre meio ambiente.)

Por sua vez, a Cemig, empresa concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, com a *expertise* que tem na matéria, esclareceu que as estruturas apontadas são incapazes de gerar o incêndio ocorrido, tendo demonstrado, também, através de documentos, que no dia do ocorrido não houve registros de irregularidades no sistema elétrico capazes de causar incêndios na região.

Além disso, conforme vistoria de campo pela Autuada, é possível constatar ser improvável que o incêndio tenha sido tão expressivo como apontado no auto de infração, o que só poderá ser verificado, efetivamente, após a realização de prova pericial.

Desse modo, não é possível verificar, de plano, se a área atingida é equivalente a 418 hectares, circunstância que fez elevar, sobremaneira, o valor da multa. Tal circunstância só poderá ser verificada, de fato, após análise criteriosa em laudo pericial de profissional legalmente habilitado.)

No dia 24/11/2022, a Cemig realizou um levantamento de campo por meio de drones, em que foram obtidas imagens panorâmicas e obtidos alguns pontos limites das áreas afetadas o dá uma ideia sobre o tamanho real da área afetada.

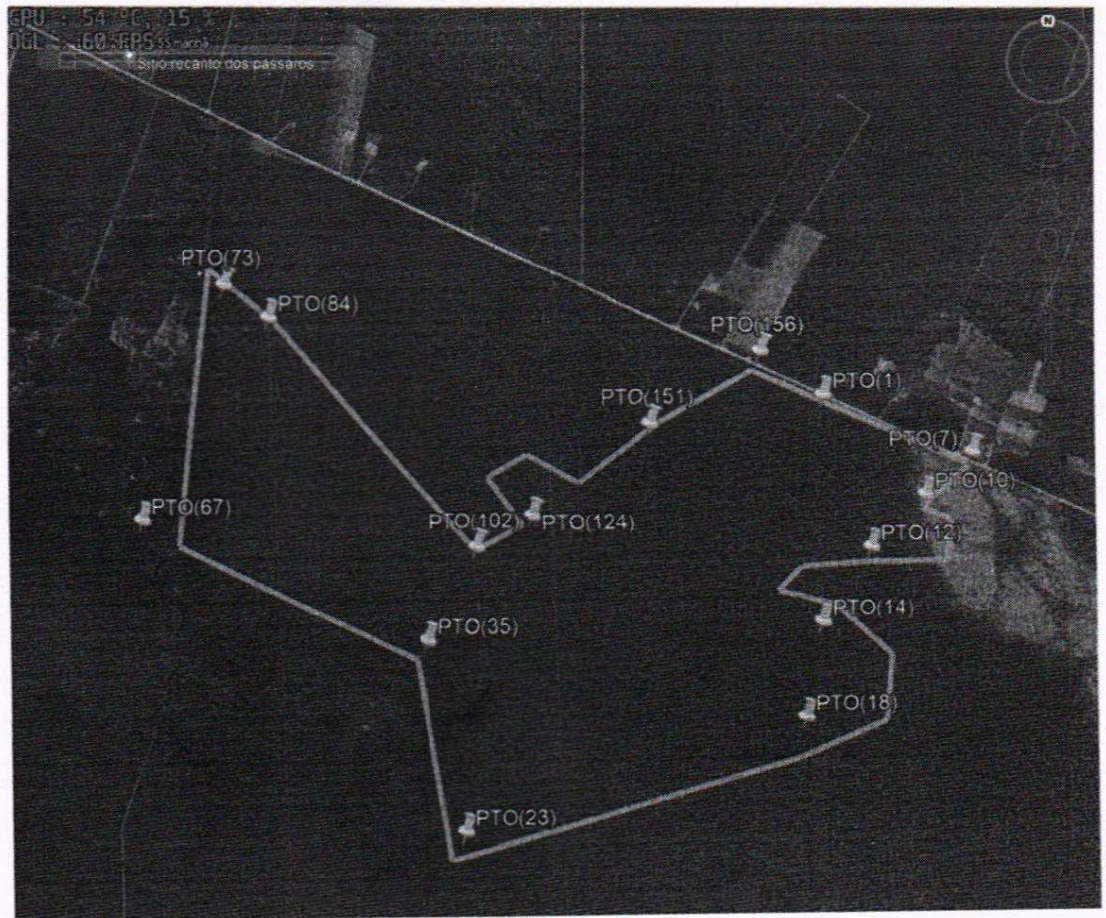


Figura 07 – Levantamento executado no dia 24/11/2022.

Nesse levantamento, constatou-se que a área atingida tem, na verdade, aproximadamente 300 hectares.

Existem áreas próximas com vegetação seca, que é característica da região, o que provavelmente induziu a erro o agente autuante, que acabou por registrar a área atingida pelo incêndio como sendo de 418 hectares.



Figura 08 – Imagem realizada no local dia 24/11/2022, na qual podemos perceber vegetação queimada ao lado de vegetação seca – próxima ao ponto PTO 124 – figura 07.



Figura 09 – – Imagem realizada no local dia 24/11/2022, na qual podemos perceber vegetação seca registrada como queimada.

Assim, caso o auto de infração não seja anulado nem afastada peremptoriamente a aplicação da penalidade pela inexistência de nexo de causalidade, a Autuada pugna, desde já, pela realização de perícia a fim de esclarecer, também, a extensão da área atingida.

8. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, vem a **CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A** respeitosamente, na presente **DEFESA ADMINISTRATIVA**, requerer:

- a) Que sejam acolhidas as preliminares arguidas, com a consequente anulação do auto de infração;
- b) No mérito, a anulação da multa aplicada no auto de infração, ante a inexistência de responsabilidade da CEMIG pelos fatos ocorridos;
- c) Pelo princípio da eventualidade, entendendo o órgão julgador pela aplicação da penalidade, requer que o valor da multa fique adstrito ao limite da área efetivamente atingida;
- d) A Autuada pugna, desde já, caso o auto de infração não seja anulado de imediato, pela realização de perícia a fim de esclarecer os pontos controvertidos;

Pugna pela juntada dos respectivos instrumentos de **PROCURAÇÃO, SUBSTABELECIMENTO e ESTATUTO SOCIAL** da empresa Autuada, bem como dos documentos em anexo.

Termos em que pede o deferimento.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2022.

Pp. SERGIO CARNEIRO ROSI
OAB/MG 71.639

Pp. KAREM CRISTINA DE ARAUJO
OAB/MG 197.387

Pp. DÉBORA LÚCIA NASCIMENTO
OAB/MG 166.142

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

O presente Estatuto Social é uma consolidação do aprovado pela Escritura Pública de Constituição, em 08-09-2004 – arquivada na JUCEMG em 15-09-2004, sob o nº 3130002056-8 –, e pelas Assembleias Gerais reunidas para reforma estatutária, até as últimas AGO/AGE realizadas, cumulativamente, em 12-05-2017.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da denominação, constituição, objeto, sede e duração da Companhia

Artigo 1º - A Cemig Distribuição S.A. é uma sociedade por ações, constituída como subsidiária integral da sociedade de economia mista Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, que será regida pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

Parágrafo Primeiro - As atividades de distribuição de energia previstas nos atuais contratos de concessão do Acionista Único - CEMIG serão exercidas diretamente pela Companhia, nos termos do Artigo 3º da Lei nº 15.290, de 04 de agosto de 2004.

Parágrafo Segundo - Observado o disposto no § 1º, a Companhia poderá, mediante autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica e do Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, constituir ou participar, majoritariamente ou minoritariamente, de outras sociedades, que tenham por objeto a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica cujas concessões sejam adquiridas ou concedidas após a data da sua constituição.

Parágrafo Terceiro - No exercício do seu objeto social, a Companhia observará os regulamentos vigentes expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica-Aneel, pela via de atos normativos, bem como por meio das cláusulas regulamentares constantes nos contratos de concessão de que for signatária.

Parágrafo Quarto - A transferência, cessão ou, de qualquer forma, alienação, direta ou indireta, gratuita ou onerosa, das ações pelo Acionista único – Cemig somente poderá ocorrer com a prévia anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica-Aneel.

Artigo 3º - A Companhia terá sua sede e administração na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Av. Barbacena, 1200, 17º andar, ala A1, Bairro Santo Agostinho, podendo abrir escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País e no exterior, mediante autorização da Diretoria Executiva.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Do capital e das ações

Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$2.771.997.787,64 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e

oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), representado por 2.359.113.452 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, cento e treze mil, quatrocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Único - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

CAPÍTULO III

Da Assembléia Geral

Artigo 6º - A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, na qualidade de Acionista Único da Companhia, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses do ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as prescrições legais pertinentes.

CAPÍTULO IV

Da Administração da Companhia

Artigo 7º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, que atuarão em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e com este Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Os cargos dos Conselhos de Administração das sociedades controladas e/ou coligadas da Companhia, cujo preenchimento couber à Companhia, serão indicados conforme determinação do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Os cargos dos comitês de apoio aos Conselhos de Administração das sociedades controladas e coligadas, cuja indicação couber à Companhia, serão preenchidos por Conselheiros das respectivas sociedades controladas ou coligadas. Será sempre indicado, como um dos membros dos referidos comitês, o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, que atuará sempre de forma compartilhada com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores ou qualquer outro Diretor.

Parágrafo Terceiro - É vedada a remuneração dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia que integrem os órgãos de administração do Acionista Único - CEMIG.

Seção I

Do Conselho de Administração

Artigo 8º - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 15 (quinze) membros efetivos e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu Presidente e outro, Vice-Presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração deverão ser, obrigatoriamente, os mesmos membros do Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG.

Artigo 9º - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês para analisar os resultados da Companhia e de suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, além de deliberar sobre as demais matérias incluídas na ordem do dia conforme seu regimento interno e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, do seu Vice-Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou seu Vice-Presidente, mediante aviso escrito enviado com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, contendo a pauta de matérias a tratar. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima mencionado, desde que inequivocamente cientes os demais integrantes do Conselho.

Parágrafo Segundo - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 10 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença aos seus membros, competindo aos demais membros conceder licença ao Presidente.

Artigo 11 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão, obrigatoriamente, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, cabendo ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Artigo 12 - Caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias que lhe comete a lei:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o presente Estatuto;
- c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- d) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- e) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;
- f) convocar a Assembléia Geral;
- g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;

h) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;

i) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;

j) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

k) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

l) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, "commercial papers" e outros;

m) aprovar o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual, bem como suas alterações e revisões;

n) anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o Orçamento Anual aprovado;

o) autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

p) aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do presente Estatuto, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;

q) aprovar a constituição de, e a participação no capital social em, quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;

r) aprovar a instituição de comitês, na forma do seu Regimento Interno, devendo cada respectivo comitê, previamente à deliberação do Conselho de Administração, dar o seu parecer, não vinculante, (i) sobre as matérias cuja competência lhe for atribuída pelo Regimento Interno e (ii) com relação a qualquer matéria, desde que solicitado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação desta cláusula, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado; e,

s) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mediante proposta da Diretoria Executiva.

t) conduzir as atividades de auditoria interna.

Parágrafo Primeiro - O Plano Diretor da Companhia deverá conter o planejamento estratégico de longo prazo, fundamentos, metas, objetivos e resultados a serem perseguidos e atingidos pela Companhia e sua política de dividendos, nos quais se basearão os planos, projeções, atividades, estratégias, investimentos e despesas a serem incorporados no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de distribuição, nos termos da legislação.

Parágrafo Terceiro - Os limites financeiros para deliberação do Conselho de Administração serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Seção II

Da Diretoria Executiva

Artigo 13 - A Diretoria Executiva será constituída por 11 (onze) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor-Presidente; um Diretor Vice-Presidente; um Diretor de Finanças e Relações com Investidores; um Diretor de Gestão Empresarial; um Diretor de Distribuição e Comercialização; um Diretor Comercial; um Diretor de Desenvolvimento de Negócios; um Diretor sem designação específica; um Diretor de Relações e Recursos Humanos; um Diretor Jurídico; e, um Diretor de Relações Institucionais e Comunicação, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão dos Diretores estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria Executiva serão, obrigatoriamente, os membros das respectivas Diretorias do Acionista Único - CEMIG, sendo que a Diretoria sem designação específica será ocupada, também obrigatoriamente, pelo Diretor de Geração e Transmissão do Acionista Único - CEMIG.

Artigo 14 - Em caso de ausência, licença, renúncia ou vaga do Diretor-Presidente, o cargo será exercido pelo Diretor Vice-Presidente, pelo período que durar a ausência ou licença e, nos casos de vaga, impedimento ou renúncia, até o provimento do cargo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo ausência, licença, renúncia ou vaga de qualquer dos demais membros da Diretoria Executiva, poderá ela, mediante a aprovação da maioria de seus membros, atribuir a outro Diretor o exercício das funções respectivas, pelo período que durar a ausência ou licença, e, nos casos de vaga, impedimento ou renúncia, até que o cargo seja provido pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - O Diretor-Presidente ou o membro da Diretoria Executiva eleito na forma deste artigo exercerá o cargo pelo tempo de mandato que restava ao Diretor substituído.

Artigo 15 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.